

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS JUVENIS NA REGIÃO DA GRANDE CRUZEIRO, EM PORTO ALEGRE/RS

PUBLIC POLICY AND THE CONSTRUCTION OF SOCIAL IDENTITIES: AN ETHNOGRAPHIC STUDY
ABOUT THE YOUTH EXPERIENCES IN THE REGION OF THE GRANDE CRUZEIRO, IN PORTO ALEGRE/RS

Ana Patrícia Barbosa¹

RESUMO

O presente artigo referencia discussões sobre a conjugação entre políticas públicas e a construção de identidades sociais dos jovens de camadas populares. Para este fim, apresento um estudo etnográfico realizado na Região da Grande Cruzeiro, na cidade de Porto Alegre/RS, sobre as experiências juvenis, como forma de apreender, ao longo do tempo, a tendência das políticas públicas para as juventudes, frente às metamorfoses nas formas de ser e estar nas grandes cidades brasileiras, dada às condições estruturais de pobreza, violência e segregação social em que vivem os sujeitos de camadas populares. Para desenvolver esta perspectiva analítica, adoto como procedimento metodológico o estudo de trajetórias sociais como constituintes do processo de identidades dos jovens de camadas baixas nos espaços urbanos das grandes cidades. As construções deste estudo visam refletir sobre as políticas públicas para as juventudes, com vistas a compreender as tensões entre as narrativas presentes nas políticas públicas e as experiências de vida dos sujeitos implicados.

Palavras-chave: Juventudes. Políticas Públicas. Identidades.

ABSTRACT

This article references on the combination discussions between public policy and construction of social identities of young popular layers. To this end, I present a study help in the Grande Cruzeiro region, in the city of Porto Alegre/RS, about youth experiences, as a way to learn, over time, the tendency of public policies for the youth, front of the metamorphoses in the forms of being and being in major Brazilian cities, given the structural conditions of poverty violence and social segregation in living subjects of popular layers. To develop this analytical perspective, I adopt as methodological procedure the study of social trajectories as constituents of the identity of the young people process of low layers in urban areas of major cities. The construction of this study aim to reflect on public policies for the youth, in order to understand the tensions between the narratives present in public policies and the life experiences of the subjects involved.

Keywords: Youths. Public Policies. Identites.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Universidade FEEVALE - Bolsista CAPES. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: as.anapatricia@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ambiente urbano e a juventude são temas de discussões em diversas áreas, principalmente no que se refere aos jovens de camadas populares das grandes metrópoles brasileiras (ZALUAR, 1985, 1998, 1999; DIÓGENES, 1998; MAGNANI, 1996, 2007, 2012; FRÚGOLI, 2005, 2007, LEITE, 2015). As atenções voltadas à população juvenil urbana cresceram consideravelmente a partir da segunda metade do século XX, em especial dado o fenômeno da urbanização, marcado por grandes transformações socioespaciais e aceleração dos centros urbanos e da população. Neste contexto, a emergência de problemas sociais nas grandes metrópoles, no que se refere aos problemas de exclusão socioespacial, torna-se motivo de preocupação política e social com a pobreza urbana do país (LIMA, 2005).

As juventudes são um dos segmentos sociais mais afetados pelas desigualdades sociais que se expressam particularmente na vida urbana. Em especial, os jovens de camadas populares dos grandes centros brasileiros carregam consigo estereótipos que designam as pessoas que vivem nas áreas mais pobres das cidades. Como espaço diferenciado do espaço da cidade e como lócus de exclusão esses territórios criam no imaginário social (PESAVENTO, 1995), através de suas arquiteturas, seus modos de vida que acabam por conformar identidades e formas de habitar e usufruir do espaço urbano. Não obstante, a discriminação e o preconceito em relação a tais territórios podem ser decisivos nas trajetórias das juventudes urbanas, demarcando assim, identidades sociais.

Ao refletir sobre esse fenômeno, o presente artigo referencia discussões acerca de conjugação entre políticas públicas e a construção de identidades dos jovens de camadas populares das grandes cidades brasileiras, analisando as formas do viver urbano nos diferentes contextos contemporâneos que estabelecem conflitos e arranjos que dimensionam vida social nas modernas sociedades complexas (VELHO, 2004), em especial no que se refere aos novos arranjos territoriais das grandes metrópoles brasileiras, dado o contexto de transformações socioespaciais, reconfigurando espaços e identidades sociais.

Os jovens de camadas populares urbanas brasileiras vêm se constituindo um segmento social especialmente afetado pelos contextos de violência, drogadição, desemprego, pobreza, narcotráfico, dentre outros, que são vivenciados pelos indivíduos em suas relações sociais cotidianas, com seus espaços de vida. Neste sentido, a produção e a reflexão sobre a relação dos jovens de camadas populares e o espaço urbano não podem prescindir de uma análise que compreenda as trajetórias sociais desses atores sociais nos espaços urbanos que habitam, bem como, o campo das políticas públicas para as juventudes não pode prescindir de uma análise sobre a relação destes jovens com a cidade, tendo em vista que estas políticas incidem sobre os territórios e grupos sociais.

As problematizações apresentadas neste artigo advêm de minha pesquisa de doutorado, onde realizo um estudo etnográfico acerca das experiências juvenis, das políticas públicas e identidades sociais na Região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre/RS. Trata-se de um grupo social pertencente a um território que é valorado negativamente no contexto urbano da cidade de Porto Alegre/RS, expostos a carências e vulnerabilidades que marcam a vida dos moradores desta região da cidade.

O estudo está ancorado nos pressupostos da antropologia urbana e das sociedades complexas (Velho, 1997), no que se refere aos problemas do cotidiano dos jovens de camadas populares. A compreensão dessas questões são relevantes para refletir sobre os arranjos da vida social que aí se processam, bem como para a compreensão do processo de territorialização das identidades sociais, das políticas públicas e suas formas de normatização do espaço urbano, no que se refere às condições de vida das juventudes de camadas populares.

O artigo está dividido em duas partes: na primeira apresento uma contextualização do território da Grande Cruzeiro, lócus de minha pesquisa de campo, analisando a contribuição da condição territorial para a construção de múltiplas identidades sociais das juventudes locais. Na segunda parte, busco através das narrativas dos entrevistados compreender como se materializam as políticas públicas no cotidiano das juventudes da Região da Grande Cruzeiro.

2 TERRITÓRIOS E IDENTIDADES SOCIAIS: O LUGAR DA GRANDE CRUZEIRO NO CONTEXTO URBANO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

O processo de reconstrução histórica da Região da Grande Cruzeiro está associado à intensa urbanização pela qual passou a cidade de Porto Alegre nas últimas décadas evidenciando os novos arranjos territoriais das grandes metrópoles que redimensionam as formas do viver urbano nas modernas sociedades complexas (VELHO, 1979; 1989; 2004), reconfigurando espaços e grupos sociais.

A ocupação e organização do território da Grande Cruzeiro acompanha os ritmos temporais da cidade, num contexto onde diferentes gerações construíram suas práticas e identidades nos espaços então disponíveis. O início da ocupação desta região, no final dos anos 1950 e durante os anos 1960, se deu num momento de profundas mudanças estruturais na cidade de Porto Alegre, dada a complexificação do espaço urbano e da vida social, pela modernização e industrialização.

A região começou a se desenvolver a partir da segunda metade do século XX, atrelada ao crescimento urbano da cidade de Porto Alegre, que criou condições para que, paralelo ao desenvolvimento das áreas centrais da cidade, começasse o afastamento da população com níveis de renda mais baixos para zonas de infraestrutura mínima ou zero, denominadas de periferias. Neste período, em torno de 100 famílias ocupavam região, em sua grande maioria, vindas de outras localidades da cidade e que foram atraindo outras pessoas (MORAES; ANTON, 1999).

Conforme dados da União de Vilas², a Grande Cruzeiro é formada por um conjunto de 60 vilas³ e está localizada nas proximidades dos bairros Santa Teresa, Cristal, Medianeira, Teresópolis e Nonoai. Sua população estimada é de 200.000 habitantes, distribuídos num área de 200 hectares. Tendo em

² A União de Vilas tem sua origem no início dos anos 1980. Foi fundada pelas Associações de Moradores da Região da Grande Cruzeiro, tendo por objetivo articular as demandas comuns das vilas da região, com vistas lutar a coletivamente por melhorias nas condições de vida da população.

³ Em Porto Alegre, o termo “favela” não costuma ser empregado, diferentemente de outras cidades do Brasil. Costuma-se empregar o termo “vila”, ou mesmo “comunidade”, sendo este último normalmente ligado às práticas cidadãs, de articulação e controle social (SOUZA, FONSECA, 2004). Importante salientar que vila é uma denominação local para referir-se às favelas; ao contrário de cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo onde existem favelas como a Rocinha, Maré, em Porto Alegre existem Vilas: Vila Cruzeiro, Vila Bom Jesus, Vila Dique, dentre outras. A denominação diferente, entretanto, não modifica a situação marginal de seus moradores nem as condições precárias de habitabilidade onde vivem.

vista, que a população da cidade de Porto Alegre gira em torno de 1.400.000 habitantes, observa-se que há uma grande concentração de moradores na região da Grande Cruzeiro, perfazendo cerca de 15% da população total da cidade⁴.

Localiza-se na zona sul de Porto Alegre, a 6 km do centro da cidade. Do alto da região é possível avistar parte do centro da cidade, o Rio Guaíba, a Usina do Gasômetro e parte das ilhas do arquipélago, conforme pode ser visto nas figuras a seguir:



Figura 1: Vista parcial do alto do Morro Santa Teresa
Fonte: arquivo pessoal

É uma região caracterizada por uma grande concentração de sub habitações e com múltiplas carências, não só em função da questão fundiária, tendo em vista que a maioria das vilas que a compõem são irregulares, como pelo tipo de ocupação do solo. É uma área com densa ocupação das encostas dos morros, tornando-se um grave problema geológico, o que a classifica como área de risco. Conforme o Mapa da Exclusão e Inclusão Social de Porto Alegre (2004), esta é uma área que tem uma topografia muito parecida com as favelas cariocas, sendo que esta característica pode facilitar a ação do tráfico de drogas.

⁴ Fonte: www.observapoa.com.br

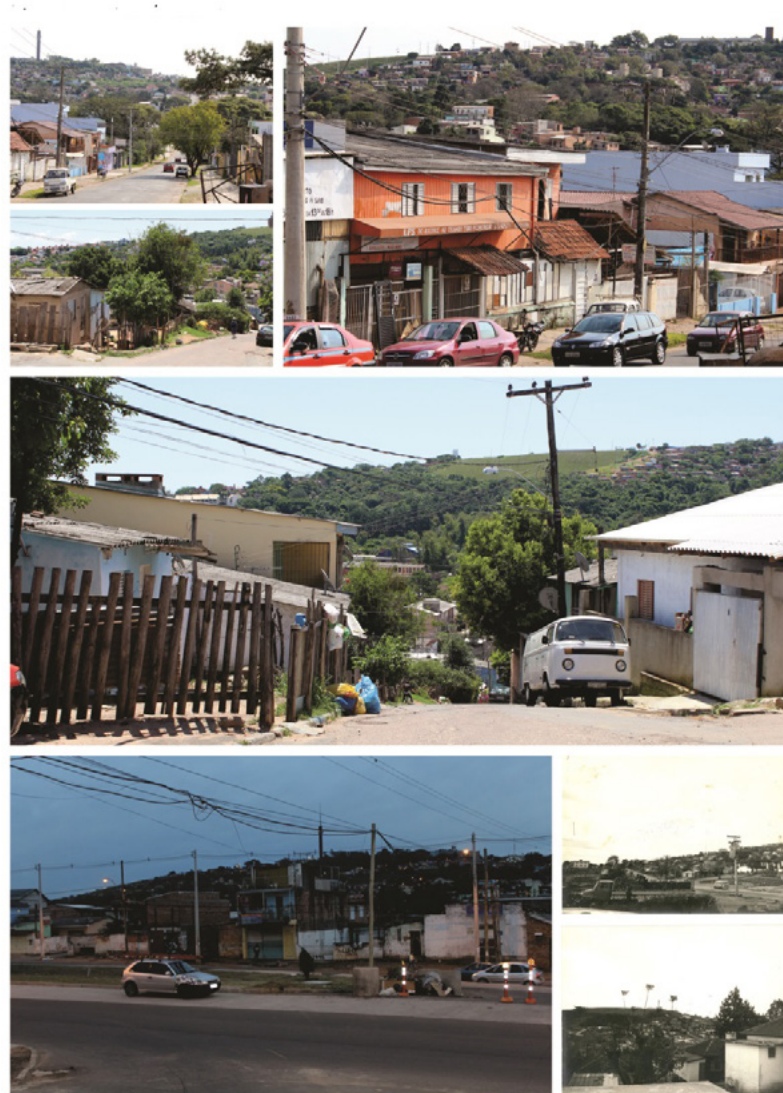


Figura 2: Encosta de morros Região da Grande Cruzeiro
Fonte: acervo Associação de Moradores da Vila Cruzeiro do Sul e arquivo pessoal

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), Porto Alegre tem 7,9% da sua população morando em favelas. Contrapondo-se a isso, dados do Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) mostram que o total da população que vive em favelas é de 22,1% e desses, 4,81% moram em favelas com menos de 51 domicílios. Ainda, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, no interior da cidade de Porto Alegre existem duas grandes concentrações de baixa renda e baixa empregabilidade, sendo a Região da Grande Cruzeiro uma delas.

As figuras 1 e 2 apresentam a localização do território da Grande Cruzeiro em relação a cidade de Porto Alegre, bem como, as áreas de abrangência deste território.

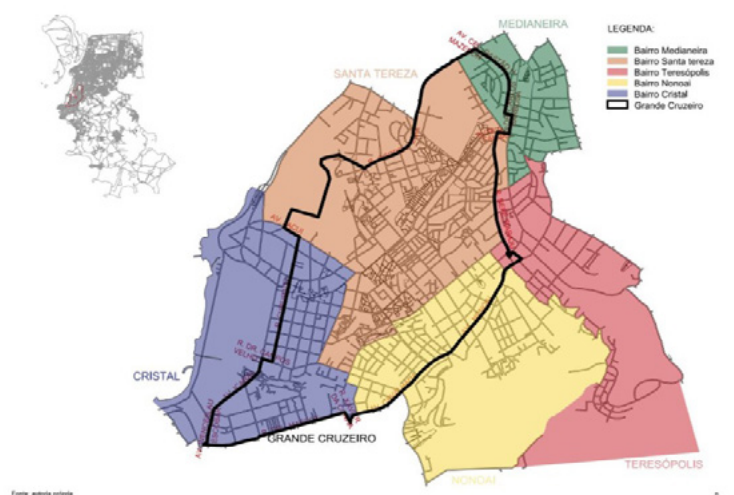
Figura 1: Mapa Delimitação Grande Cruzeiro



Fonte: autoria própria

Figura 3: Mapa de Porto Alegre com a localização da Região da Grande Cruzeiro
Fonte: autoria própria

Figura 4: Mapa Região Grande Cruzeiro e Adjacências



Fonte: autoria própria

Figura 4: Mapa da Região da Grande Cruzeiro e Adjacências
Fonte: autoria própria

Em relação à territorialidade da região a mesma foi construída a partir dos movimentos sociais que se originaram num cenário de profundas transformações da paisagem urbana de Porto Alegre, onde as Associações de Moradores ganharam força e se constituíram em um importante território organizado das classes menos favorecidas, objetivando, especialmente, reivindicações de direitos relacionados com o acesso à moradia, aos equipamentos urbanos e aos serviços públicos. Na região da Grande Cruzeiro as primeiras Associações foram fundadas na segunda metade da década de 1970, em função das ações de despejo realizadas pela Prefeitura de Porto Alegre, tendo em vista a região ser considerada uma área de preservação paisagística, segundo o Plano Diretor do mesmo ano (ÁVILA, ARAÚJO, 2006).

Essas entidades, que se originaram nas vilas da Grande Cruzeiro, foram agregadoras de suas populações, especialmente no que se refere às lutas por questões básicas de habitação, saúde, educação, entre outras. Grande parte das conquistas na região é fruto muito mais das lutas dos moradores por melhorias nas suas condições de vida, do que pela gestão de políticas públicas, conforme pode ser evidenciado nas narrativas dos moradores da região:

O único colégio que existia nessa zona aqui era lá em baixo no Nonoai. Demorou muito pra ter outras escolas e nós tivemos que lutar muito pra isso. A comunidade se mobilizou e a Prefeitura construiu uma escola. Até a escola ficar pronta as aulas eram dadas num barracão de madeira. Demorou muito pra ter outras escolas e nós tivemos que lutar muito pra isso (Alberi da Silveira, 63 anos – morador da Região da Grande Cruzeiro há 51 anos).

Existiam algumas unidades sanitárias para atendimento médico, não em todas as vilas, e realizavam atendimento básico. Com a criação do Posto de Saúde da Vila dos Comerciantes, a expectativa era que se tivesse uma ampliação no atendimento à saúde. Mas, isso não ocorreu de imediato, pois não havia médicos para todas as especialidades, não havia mediação suficiente, não havia ambulância e o mais grave, não havia atendimento pediátrico e a demanda era grande. O Posto também não funcionava 24 horas. A comunidade se mobilizou, ocupou o Posto de Saúde de forma a reivindicar junto à Secretaria de Saúde melhorias no atendimento à população (Alceu Escobar, 69 anos – parceiro da pesquisa que trabalhou na Região da Grande Cruzeiro nas décadas de 1970/1980).

Antes era muito ruim aqui. Mas aí o pessoal da Associação assumiu e as coisas começaram a melhorar muito. Começou a chegar a água, a luz, o esgoto, isso tudo com muita luta da Associação e de toda a comunidade (Paulina, 71 anos – moradora da Região da Grande Cruzeiro há 50 anos).

Antes morar aqui era muito ruim, não tinha nada, não tinha água, não tinha luz. Quando eu vim pra cá não tinha nada. Depois que as pessoas foram se organizando e construindo, botando madeira. De uns tempos para cá, eles começaram a fazer de material, mas antes era de papelão, de pedaços de tábuas, de caixote que remendava e fazia paredes. Hoje as casas estão muito melhores. Quase não tem mais de madeira (Paulina 71 anos – moradora da Região da Grande Cruzeiro há 50 anos).

Em que pesem as dificuldades e carências que marcam as condições de vida na Região da Grande Cruzeiro, ao longo dos tempos, os moradores evidenciam em suas narrativas a busca pelo fortalecimento de suas identidades e um sentimento de pertencimento a um território que é lugar de possibilidades, de lutas e de estratégias coletivas para a superação das dificuldades. Essas dinâmicas são importantes para compreender as territorialidades consolidadas na Região da Grande Cruzeiro fruto das interações entre os sujeitos e que assume papel importante na constituição de grupos sociais sendo referenciadas, sobretudo, pelas marcas dos moradores que ali vivem acumuladas no tempo. É neste espaço que se encontra o campo de possibilidades de superação da fragmentação de ações e serviços e onde se evidenciam as carências e as necessidades sociais, mas também onde se forjam, dialeticamente, as resistências e lutas coletivas, (re)configurando identidades e pertencimentos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA REGIÃO DA GRANDE CRUZEIRO

A relação dos territórios mais pobres das cidades e as juventudes tem sido destaque das políticas públicas que incidem sobre essas localidades e grupos sociais (DIÓGENES, 2009). Se, por um lado, os avanços nos últimos anos, no que se refere às políticas públicas destinadas à população juvenil, propõem uma concepção mais ampla para discutir as questões relacionadas aos jovens na sociedade, com a inserção de programas e projetos sociais que buscam produzir diálogo com a população juvenil, por outro lado, tais aspectos não podem ser percebidos como gerais, pois a base para a produção das políticas públicas para a juventude não produz um diálogo efetivo com esses jovens e, portanto, não considera o conjunto das suas experiências e das suas formas de sociabilidade.

A discussão sobre as políticas e programas sociais, que tem como público alvo a juventude considerada em desvio ou risco social, empregam estereótipos para designar os jovens que vivem fora do núcleo doméstico, que foram vítimas de violência sexual, que se encontram envolvidos com o consumo ou tráfico de drogas, ou ainda, que se encontram em conflito com a lei. Esses aspectos, associados aos altos índices de violência urbana e criminalidade juvenil, apresentados nos últimos anos no Brasil, em especial no que se refere à população jovem masculina de camadas populares, conforme demonstram estudos (ZALUAR, 1985), tem contribuído para dar visibilidade à juventude como um grupo social desviante, transgressor de regras e normas e que representa uma ameaça social, causando temor e insegurança à população em geral.

Essa discussão ganha amplitude, quando associada às condições das camadas mais pobres dos centros urbanos do país (WACQUANT, 2001). Ainda que a pobreza não seja consequência direta da violência, ela não está dissociada ao tema das desigualdades sociais e econômicas, da negação do direito ao acesso de bens, além do direito à cidadania a determinados indivíduos e grupos sociais, que geralmente vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social, tais como os jovens que vivem na Região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre/RS.

Atualmente, a Região da Grande Cruzeiro tem sido cenário de intensos conflitos de disputa territorial pelo tráfico de drogas e tem rendido frequentes reportagens veiculadas na mídia local, tais como: *“Vila Cruzeiro em pé de guerra na Zona Sul de Porto Alegre”*, *“Após confronto, BM vai intensificar efetivo na Vila Cruzeiro do Sul”*, ou ainda, *“Quatro pessoas são presas por tráfico de drogas, na Vila Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre”* e atribuem a este território um caráter negativo, ressaltando a periculosidade e a violência local.

Importante ressaltar que, em particular, a negação aos direitos de cidadania a determinados segmentos sociais, em detrimento de outros, acha-se fortemente associada ao estigma territorial onde tais grupos ou camadas sociais habitam. Imagens como delinquentes, marginais, bandidos, indolentes, bárbaros, são atreladas a imagens que caracterizam a paisagem dos contextos onde habitam, tais como favelas, vilas, malocas, invasões, dentre outras (BARBOSA, 2013).

Essa construção social acarreta em processos de (in)visibilidade que decorrem, principalmente, do preconceito ou da indiferença, uma vez que uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre o indivíduo um estigma ou preconceito, pois a (in)visibilidade é sinônimo de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor (SOARES, 2007).

As narrativas a seguir retratam as condições de vida das juventudes na Região da Grande Cruzeiro.

Eles dizem que na vila só tem marginal, mas a vila se torna um marginal por causa da miséria, por causa da necessidade, quem tem cabeça fraca ele vai pro outro lado, porque não tem apoio de ninguém e no momento que tu não tem apoio o que acontece? Depois que tu tá na droga e vem querer te dar apoio é difícil (Osmar Araújo da Costa, 71 anos – moradora da Região da Grande Cruzeiro há 61 anos).

Hoje tem uma disputa da Associação com o tráfico, disputando as crianças e adolescentes. É muito difícil, cada vez eles começam mais cedo no tráfico. Eles não querem estudar, trabalhar. Dizem que podem ganhar dinheiro mais fácil e mais rápido. Os que estão aqui na Associação, já estão com um pé lá fora (Malvina Beatriz Souza, 52 anos – mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

Na Cruzeiro, não é de hoje, a Cruzeiro sempre mandou muitos meninos para a FASE e para a rua. Ela já teve vários momentos em primeiro lugar, que mandaram maior número de crianças e adolescentes para a rua. Para mendicância, para o uso de drogas. Aí, depois da Cruzeiro foi para a Restinga, que são os quatro territórios de paz. E agora volta a Cruzeiro de novo a estar em primeiro lugar que mais mata adolescentes, perfil jovem-adulto. Esse povo até 29 anos, a Cruzeiro é a que mais mata (Malvina Beatriz Souza, 52 anos – mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

Eu tive muitos amigos meus que morreram nessa vila. Vários amigos meus, colegas de colégio, que eram da minha infância, mas se eu contar tem uns dois, três vivos, que eram da minha época, o resto tudo já foi tudo, morreram, outros não moram mais aí porque deu problema e eles tiveram que sair da vila. Não sei o que passa na cabeça de cada um, mas a maioria deles seguiu para esse caminho. Mal ou bem, convivendo aqui na comunidade a gente sabe qual o futuro, ou é morte ou é cadeia. A gente já convive com essa rede, convivendo com as pessoas indo presa, matando aí na vila, a gente vendo as pessoas aí morrendo. Esse é o caminho que a gente sabe (Bruno de Moura Lopes, 23 anos – mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

Antes eu ia pra praça jogar bola, agora não dá mais. A qualquer hora tem tiro. Eu fico em casa e vem pra cá (AMOVICS). Não estou estudando e aí pra falar com meus amigos só pelas redes sociais (Arlson de Moura Lopes, 17 anos – mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

Através dessas narrativas é possível refletirmos sobre as condições históricas e situacionais que marcam as experiências juvenis na Grande Cruzeiro. Compreender tais processos em curso permite refletir sobre como se consolidam as políticas públicas para as juventudes, a partir das circunstâncias e contextos sociais em que se tece o atual campo destas políticas. Conforme Noaves (2007, p.7) “é preciso levar em conta as dívidas sociais que se acumularam ao longo do nosso passado histórico; lançar um olhar específico para as urgências que se colocam no presente e ter como perspectiva as necessidades futuras dos jovens de hoje”.

As narrativas abaixo evidenciam como são materializadas as políticas públicas no cotidiano das juventudes da Grande Cruzeiro:

A minha preocupação é essa: o menino vai ser solto, vai voltar para comunidade, e o que esperava ele na comunidade? O tráfico e a volta dele para dentro do sistema, ou a morte (Malvina Beatriz Souza, 52 anos – mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

Com esse número de mortes que teve aqui na Cruzeiro nos últimos tempos. Setembro do ano passado foram 10, daqui. Tem ido até a faixa etária da juventude mesmo, 29, olha, um ou dois com 30 anos, o restante chega a ser de 15. Então, quem cuida? A gente consegue cuidar de um número muito pequeno. O tráfico consegue cuidar de um número ainda maior e a gente está perdendo (Malvina Beatriz Souza, 52 anos – mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

Antes as crianças morriam pelas más condições sanitárias. Agora morrem por causa do tráfico (Mara Rosane de Moura Lopes, 48 anos – mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

É preciso que se invista mais em cultura. Essa seria uma solução. Hoje os jovens não quase nada pra fazer aqui. Esses mais velhos. Os pequenos ainda ficam um tempo na escola e nas Associações, mas como não tem investimento, como não tem bons projetos, eles não ficam (Bruno de Moura Lopes, 23 anos - mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

No meu tempo a gente brincava em frente de casa, nas ruas. Hoje não podemos mandar um filho no armazém que pode não voltar. Não tínhamos muitas oportunidades de lazer e ainda hoje não tem (Mara Rosane de Moura Lopes, 48 anos - mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

É muito difícil eles ficarem na escola. Só quando são bem pequenos. Os de dez, onze anos já não ficam mais. A escola não tem atrativo nenhum, estão caindo os pedaços, faltam professores. Como é que vão manter os alunos lá? No meu tempo era difícil e continua até hoje. Só que no meu tempo era difícil porque o colégio ficava bem longe daqui. Agora é que tem colégio perto, mas na época ficava bem longo pra gente, era lá embaixo, na parte de Teresópolis, do Nonoai, que tinha um colégio e o outro, lá em cima do morro, ali na parte da Faixa Preta também tinha um colégio. Então alguns estudavam (Osmar Araújo da Costa, 71 anos – morador da Região da Grande Cruzeiro há 61 anos).

Ele não vai trabalhar, é mais fácil vender a droga do que trabalhar numa obra, né? Então o menor, o que o menor faz. Ele não tem respaldo, ele não tem apoio, não tem ocupação nenhuma, então o que ele vai fazer? Ele vai para o lado mais fácil, é roubar, fumar, se drogar (Osmar Araújo da Costa, 71 anos - morador da Região da Grande Cruzeiro há 61 anos).

Esse pessoal da minha idade, poucos estão na escola e quase ninguém trabalha. Ficamos em casa ou aqui na praça o dia todo (Dienifer, 15 anos – mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

Nós ficamos aqui na praça, ou na Associação, colocamos som e trazemos bebidas. (Rodrigo, 17 anos – mora na Região da Grande Cruzeiro desde que nasceu).

Ao pensar o campo atual das políticas sociais para as juventudes, é preciso levar em consideração a dívida social passada que se acumula ao longo do processo histórico da sociedade brasileira (Novaes, 2007). As experiências juvenis na Grande Cruzeiro parecem confirmar essa dívida, em especial, evidenciadas na forma como se materializam as políticas públicas neste território e que demonstram a forma conflitiva como as políticas públicas urbanas e as políticas públicas para as juventudes ali se inter-relacionam.

Embora os avanços jurídicos, nos últimos anos, no que se refere ao campo das políticas públicas para as juventudes, ainda se evidenciam condutas violadoras de direitos a tal segmento da população. A concepção de sujeitos de direitos preconizada nas políticas para as juventudes não remonta diferentes tempos históricos de forma a produzir mudanças na realidade vivida desses jovens, bem como, efetivar a proteção integral a esses sujeitos sociais.

As mudanças conceituais, que introduzem nas políticas públicas para as juventudes a concepção de sujeitos de direitos, por si só, não garante que dívidas sociais passadas sejam saldadas, conforme pode ser evidenciado nas narrativas dos moradores da Região da Grande Cruzeiro. Tão pouco, a concepção de sujeitos de direitos perpassa o campo das políticas públicas urbanas da cidade de Porto Alegre, voltadas muito mais para o enobrecimento das áreas centrais da cidade (Soares, 2014), como no caso da Região da Grande Cruzeiro, do que atender as reais necessidades que as juventudes locais.

Portanto, é preciso (re)pensar o campo das políticas públicas para as juventudes e a inter-relação destas com as demais políticas públicas, considerando as experiências de vida dos sujeitos que carregam as marcas que modelam as identidades das juventudes das camadas sociais mais pobres das grandes metrópoles brasileiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por compreender a vida nas cidades torna-se essencial, em especial sobre as fronteiras reais e simbólicas, erguidas nas cidades, que definem os espaços sociais e suas ocupações. Bauman (2009) refere que somos incapazes de uma aproximação e por esse motivo traçamos fronteiras que resultam no surgimento dos problemas sociais, pois ao definir espaços diferentes estamos determinando que existem condições diferentes para ocupação desses espaços, definindo-se assim o afastamento e a aproximação. O mesmo autor analisa que somos todos diferentes e, portanto, existimos a partir das nossas diferenças, porém, algumas incomodam e então é preciso traçar as fronteiras que separam as diferenças.

Através do estudo realizado na Região da Grande Cruzeiro é possível compreender a relação da cidade com este território. Há um muro simbólico que a cidade ergueu e que constantemente é refeito, por força das representações sociais. As narrativas reproduzidas socialmente delimitam esse lugar de representações, de invenção do imaginário urbano.

Portanto, a produção e reflexão das políticas públicas para as juventudes não podem prescindir de uma análise que compreende as trajetórias sociais desses atores sociais nos espaços urbanos que habitam, pois estes são espaços analíticos que expressam os sentidos e significados que essa experiência adquire na vida dos sujeitos. Essa discussão deve ser levada para o campo das políticas públicas de forma a abarcar as experiências de cidadania, de vida e as lutas significativas na construção de uma identidade social dos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Fátima; ARAÚJO, Jeferson Rasquim. **Vilas da Grande Cruzeiro** (Memória dos bairros, 17). Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 2006.
- BARBOSA, Ana Patrícia. **Ecos do passado: DNA da situação irregular ressoando na proteção integral**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Universidade FEEVALE, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- DAYRELL, Juez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./out./nov./dez.2003.
- DIOGENES, Gloria. A territorialidade e as fronteiras da violência: a dinâmica de formação das gangues urbanas e Grupos identitários e fragmentação social A violência como marca. In **Cartografia da cultura e da violência**. São Paulo, Anna Blume 1998 p. 139 a 180.
- DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M. T. (orgs). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa** [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009, p. 271-288. Available from Scielo Books <<http://books.scielo.org>>.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, A. L. C. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras Revista Eletrônica do BIEV**, v. 31, n. 21, p. 1, 2008.

FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, v 48, n. 1, jan-jun/2005, p. 107-124.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

IBGE, 2010. **Censo Demográfico de 2010**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Porto Alegre, fornecidos em meio eletrônico.

LEITE, Tiago Pereira. **Jovens na esquina**: dramas e sociabilidades entre jovens da periferia. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2015.

LIMA, Mário Hélio Trindade. **Exclusão social**: representações sociais da pobreza urbana no Brasil. Vitória: EDUFES, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese de (Orgs.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuito de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisas em antropologia urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Quando o campo é a cidade**: fazendo antropologia na metrópole. São Paulo: EDUSP, 1996.

MORAES, Aldivan de Oliveira; ANTON, Flávio José. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. 2. ed. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2000.

NOVAES, Regina Reyes. Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras cariocas**: territórios, conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

NOVAES, Regina Reyes, LIMA, Roberto Kant de (orgs.). **Antropologia e direitos humanos**. Niterói : EdUFF, 2001.

NOVAES, Regina Reyes. Juventude e Sociedade: jogos de espelho. Sentimentos, percepções e demandas por direito e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida**. São Paulo, outubro de 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

Secretaria do Planejamento Municipal. **Mapas da inclusão e exclusão social de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria do Planejamento Municipal, 2004.

SOARES, Ana Paula Marcante. **O território mito da orla**: antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais, em Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SOUZA, H. P. & FONSECA, Cláudia Lee Williams. Um Morro Porto-alegrense BISSÓN, Carlos Augusto (coord.). **Sobre Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria da Cultura, 1993. p. 47 – 53.

VELHO, Gilberto **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Otávio G. (Org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

ZALUAR, Alba. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ZALUAR, Alba. Violência e criminalidade: saída para os excluídos ou desafio para a democracia?. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler para conhecer o Brasil**, v. 1, ANPOCS, 1999.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WACQUANT, L. J. D. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2001.

Sites Consultados:

<http://www.observapoa.com.br/> - Acesso em: 27 nov. 2015.